

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar, a partir de relatos e depoimentos, os impactos sociais da construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, destacando como o processo de remoção forçada e as indenizações oferecidas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) se configuraram como práticas ambivalentes. Embora apresentadas como compensações e melhorias, tais medidas revelaram-se insuficientes, não reparando as perdas materiais e simbólicas dos ribeirinhos. Observa-se que o discurso técnico da Chesf prevaleceu sobre as perspectivas locais, configurando uma “queda de braço” em que o conhecimento técnico foi utilizado como argumento para invalidar a perspectiva dos ribeirinhos. Argumento ao longo do texto que as indenizações e reassentamentos não promoveram justiça social nem compensaram as perdas dos ribeirinhos do submédio São Francisco, com os interesses próprios da Chesf sendo atingidos, mas os dos ribeirinhos sendo negligenciados.

Palavras-chave: UHE; Sobradinho; Chesf; ribeirinhos; indenização; reassentamento; ambivalência.

1. Introdução

A Usina Hidrelétrica (UHE) de Sobradinho, construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), foi responsável pela inundação parcial das cidades de Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Juazeiro e Xique-Xique, localizadas no interior da Bahia e atravessadas pelo rio São Francisco. Antonio Conselheiro, ainda no século XIX, profetizava que um dia o sertão iria virar mar. O que ele provavelmente não imaginava é que esse mar seria formado através da construção de uma barragem, e não por uma intervenção divina, e que esse mar seria responsável por uma grande dor de cabeça para milhares de ribeirinhos, ao invés de acabar com a seca do sertão.

O objetivo da UHE de Sobradinho, nas palavras de João Paulo Aguiar¹, então diretor de obras de Sobradinho no período de construção da hidrelétrica, era a produção de energia elétrica. Mas essa não era a única promessa. A produção de energia elétrica era acompanhada de promessas de que o Projeto Sobradinho traria melhorias para toda a região Nordeste². Ainda

¹ Essa afirmação pode ser encontrada no documentário Terra Roubada.

² GOODLAND, 1974, p. 75.

nas palavras de João Paulo Aguiar, as populações ribeirinhas que viviam nas margens da região em que a UHE de Sobradinho seria construída resistiam a deixar suas casas e aceitar a construção da hidrelétrica, pois tinham um “grande apego à terra”. Embora seja verdade, isso omite um fator importante: o apego não foi o único motivo das insatisfações.

A partir disso, proponho apresentar neste trabalho os discursos dos próprios indivíduos que foram afetados pelo processo de remoção em consequência da construção da UHE de Sobradinho. Minha proposta é evidenciar, a partir dos relatos dos próprios sujeitos, as contradições entre as afirmações da Chesf de melhoria de vida e a realidade de fato vivenciada. Para realizar esse raciocínio, terei como fio condutor a ideia de práticas ambivalentes, que mobilizo a partir da antropóloga Paula Lacerda. Analisando casos de violação de direitos em que as indenizações colocaram em interação familiares de vítimas e agentes do Estado, mesmo quando esses agentes não foram os responsáveis pelo ato que acarretou na indenização, Lacerda observa que essas práticas de indenização são ambivalentes: elas podem, de um lado, se alinhar em certo ponto com os interesses daqueles que tiveram seus interesses violados, mas de outro lado também podem ser desconexas com a realidade dos contemplados e não ter o objetivo de promover justiça ou reparação. E principalmente, são ambivalentes por, em muitos casos, serem fruto da militância e reivindicação das vítimas e dos familiares das vítimas e, mesmo assim, não representarem uma compensação ideal para o que foi violado.

As indenizações que, em teoria, foram oferecidas como parte de um projeto que tinha em seus objetivos, mesmo que secundários, promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas que viviam nas margens da região que seria alagada teve, na prática, um efeito reverso: não apenas não promoveram justiça por aqueles que tiveram suas terras tomadas contra suas vontades como também não representaram uma reparação daquilo que foi tomado. Igualmente, as populações ribeirinhas resistiram a deixar suas casas e aceitar as propostas da Chesf, que se viu obrigada a pensar em outras alternativas. Contudo, essas alternativas frente ao embate com os ribeirinhos estavam longe de representarem uma compensação que fosse considerada justa. Dessa forma, proponho analisar as indenizações que ocorreram em consequência da construção da UHE de Sobradinho, assim como nos casos analisados por Paula Lacerda, como práticas ambivalentes: foram apresentadas como uma solução pela Chesf, mas, na prática, não promoveram uma reparação que compensasse o que foi tomado.

Outra autora que considero relevante estabelecer como fio condutor de reflexão para este texto é a antropóloga Catarina Morawska Vianna. A autora destaca no artigo *A Trilha de*

Papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados que na construção de UHEs, há sempre um esforço de conferir mais peso a um domínio que a outro no processo de tomada de decisão política³. Vianna nomeia como uma “queda de braços”. E o peso maior nessa queda de braços é sempre é o das vantagens econômicas. A autora destaca que são mobilizados profissionais que adotam procedimentos técnicos-científicos próprios, que possibilitam o cálculo de impactos e, a partir desse processo, o uso de um saber técnico como uma cartada de validação que faz com que efetiva perspectiva das populações afetadas pelas UHEs seja desconsiderada⁴. No caso da UHE de Sobradinho, o processo não foi diferente. O conhecimento técnico foi usado apenas como uma fachada para colocar em prática os interesses econômicos da Ditadura Militar Brasileira. Por fim, grande parte deste trabalho foi feito a partir da discussão bibliográfica com duas antropólogas que também estudaram a fundo o caso de Sobradinho: Ana Luiza Martins Costa e Lygia Sigaud. Logo, ambas as autoras aparecerão com bastante frequência ao longo do texto para auxiliar as argumentações.

2. Um mar de ambivalências

O Banco Mundial foi um dos principais financiadores da construção da UHE de Sobradinho. Contudo, para que o empréstimo fosse liberado, foi necessário a produção de um parecer técnico para avaliar se o projeto estava apto para tal. Para isso, Robert Goodland foi contratado para realizar um parecer técnico que analisasse os possíveis impactos e benefícios que a UHE de Sobradinho poderia causar e, a partir disso, indicar se o projeto estava apto para. O parecer de Goodland, intitulado *Sobradinho: reconhecimento do impacto ambiental*, apontou que, para aqueles que fossem habitar as proximidades do reservatório, haveria a possibilidade de produção em caráter comercial, baseado na pesca, agricultura de irrigação e empregos relacionados ao projeto⁵. Ao concluir seu parecer, Goodland destaca que, apesar de suas ressalvas, o Projeto Sobradinho traria melhorias para toda a região Nordeste⁶, logo, aprovando sua construção.

A produção de um parecer técnico, a princípio, parece ser um indicativo que a Chesf

³ VIANNA, 2014, p. 24.

⁴ VIANNA, 2014, p. 25.

⁵ GOODLAND, 1973, p. 12.

⁶ GOODLAND, 1974, p. 75.

estava disposta a pensar em um processo calculado e que considerasse todos os impactos. Mas, na prática, os resultados mostram-se diferentes do esperado. De fato, Sobradinho foi responsável por gerar empregos relacionados à hidrelétrica. Contudo, é preciso destacar as condições de vida anteriores a Sobradinho, assim como as condições desses empregos. Antes da existência de Sobradinho, os ribeirinhos do submédio São Francisco viviam através de agricultura de subsistência. Um dos principais modos pelos quais essa agricultura funcionava era através dos lameiros, que eram as terras que o rio anualmente fertilizava nas cheias e a deixava descoberta nas vazantes⁷. Devido à proximidade ao rio, a pesca também era uma prática bastante comum para a sobrevivência dos ribeirinhos do submédio São Francisco. Desse modo, a relação entre o rio, as terras e as práticas de subsistência dessas pessoas estavam diretamente interligadas. Sendo assim, não é nenhuma surpresa dizer que, com a construção de Sobradinho, essa relação sofreu uma ruptura, interferindo diretamente no modo de vida dessas pessoas.

Logo, forçados a deixar suas terras e, consequentemente, abandonar seus meios de sobrevivência, diversas pessoas foram obrigadas a trabalhar na construção de Sobradinho. E vale lembrar que, junto a esse fator, somava-se o fato que as indenizações foram apontadas como insatisfatórias por diversos relatos. Assim, é certo que, para aqueles que aceitavam trabalhar na construção da UHE de Sobradinho, não havia outra opção de sobrevivência. Essa ausência de opção fica evidente quando nos deparamos com os relatos das condições precárias de trabalho. Houve, por exemplo, denúncias de trabalhadores vendidos para trabalhar na construção de Sobradinho e submetidos a regime de escravidão⁸. Para endossar isso, há também os relatos presentes no documentário *Sobrado das Margens*. No documentário, o pescador Ingota relata sobre mortes durante as obras de Sobradinho. Ingota descreve que, na maioria dos casos, trabalhadores que vinham de fora das regiões de margem de Sobradinho e que faleciam durante o trabalho tendiam a ter seus corpos enterrados sem nenhum aviso às famílias. Mas também indica que os próprios moradores da região não fugiam desse tratamento. Segundo o relato de Ingota, os trabalhadores “caiam de cima daqueles blocos, das comportas (...) ficava todo pendurado ali e quando dava um problema, já caía e pronto. E aí eles (Chesf) já pegavam e não avisavam à família. Pegavam ali mesmo e diretamente pro buraco e areia e pronto⁹”.

Logo, os empregos relacionados ao projeto de Sobradinho previstos por Robert Goodland

⁷ SIGAUD, 1992, p. 2.

⁸ DOPS do Piauí identifica PM reformado e motorista que “vendiam” trabalhador. Jornal do Brasil, maio de 1975.

⁹ Fala de Ingota retirada do documentário *Sobrado das Margens*.

apesar de terem, de fato, contemplado as populações das margens, tiveram condições extremamente precárias. E é sensato afirmar que aqueles que aceitavam se submeter a esses empregos que ofereciam altos riscos de vida, certamente, não tinham outra opção. Ora, se diversas pessoas morriam com frequência durante as obras e tal fato era de conhecimento de todos, é de se esperar que nenhuma pessoa se submeteria a trabalhar em tais condições, a menos que não existisse outra opção.

A contradição também fica evidente com a afirmação do parecer que Sobradinho traria melhorias para toda a região Nordeste. Meu objetivo não é questionar a eficiência da produção de energia que a UHE proporcionou, mas evidenciar que essa suposta melhoria não foi contemplada pelos ribeirinhos do submédio São Francisco. Proponho, a partir de agora, mobilizar os relatos das pessoas que foram afetadas pelo processo de inundação que a UHE de Sobradinho causou. Proponho também termos em mente, conforme os relatos são apresentados, o posicionamento de João Paulo Aguiar, que afirmou na época que o “homem nordestino” tinha “um atavismo e uma ligação muito grande à sua região”, ao justificar o porquê as pessoas se negavam à abandonar suas terras.

O primeiro relato relacionado às indenizações que encontrei data do ano de 1976 e pertence ao lavrador chamado Tertuliano Santos. A data não é por acaso, pois é em março de 1976 que a Chesf promove o primeiro deslocamento organizado¹⁰, transportando trinta famílias para a região de Serra do Ramalho. Anteriormente, só haviam sido deslocados individualmente aqueles que aceitaram as indenizações oferecidas pela Chesf¹¹. O que não é o caso de Tertuliano Santos que, inicialmente, mostra resistência em aceitar o que foi oferecido pela Chesf, mas se vê sem outra opção além de aceitar as propostas insatisfatórias:

“A gente recebe terra nova, paga com facilidade, com prazos longos e sem juros. Mas do que vai adiantar esta nova terra se não chover? Na beira do rio, tem água e tem peixe; na caatinga tem o quê? Se não chove ninguém come. Já nos ensinaram isto: onde não chove nem tem rio a lavoura seca. Se a lavoura seca, não tem comida. Sem comida, só tem fome. Na minha terra, em Santana,

¹⁰ SIGAUD, 1986, p.30.

¹¹ MARQUES, SANTOS, BORGES, FEITOSA & FERRAZ, p. 6.

eu conheço tudo. Se a roça não dava em nada, eu sabia como caçar um calango, uma lagartixa, um preá para não passar fome. E na Lapa, que eu não conheço nada e a roça fica longe do rio? No meu assentamento, o Governo é que deveria cobrir o que falta para nós. Porque é o Governo que tirou nossa terra e nós não fizemos nada, porque o Governo é quem tem potência, o governo é quem manda e quem pode tudo. Eu, se pudesse, não saía do meu chão. Mas aí veio um, e me disse: você sai ou a água cobre sua casa, ¹²sua roça e seu filho. Então eu saí, porque ficar não tinha jeito¹³”.

Podemos observar que Tertuliano Santos não tinha intenção em aceitar a proposta oferecida pela Chesf, mas o medo e a coerção o forçaram a aceitar. Não é por mero acaso que Tertuliano aceita a proposta. Na mesma matéria, há uma passagem que afirma que aqueles que se recusavam a aceitar a indenização oferecida pela Chesf recebiam dos técnicos uma advertência e mais nada: “Arranje um advogado. A Chesf arranjará 50 para derrotá-lo na justiça”.

A realocação dos ribeirinhos para a região de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, fazia parte do Projeto de Colonização Serra Ramalho (PECSR). Esse projeto, pensado no ano de 1975, foi a primeira solução oferecida pela Chesf aos ribeirinhos diante do processo de inundação que a UHE de Sobradinho iria causar. O depoimento de Tertuliano dos Santos, contudo, representa uma minoria nesse primeiro momento: apenas uma pequena parcela dos ribeirinhos aceitou o PECSR. A maioria, inicialmente, recusou-se a abandonar a beira do São Francisco frente às condições impostas pela Chesf¹⁴.

Cerca de 62% das 8.619 famílias optaram por recusar tal opção e permanecerem nas regiões de beira do submédio São Francisco¹⁵. O PECSR acaba sendo, na prática, um fracasso, não atingindo as expectativas da Chesf. João Paulo Aguiar argumenta que “infelizmente, por um atavismo e uma ligação muito grande que o homem nordestino tem à sua região, o Projeto não teve o sucesso desejado¹⁶”. Para além daqueles que permaneceram nas beiras ou aceitaram as condições iniciais da Chesf, também havia aqueles que optavam por uma administração

¹² MARQUES, SANTOS, BORGES, FEITOSA & FERRAZ, p. 6.

¹³ Depoimento de Tertuliano Santos retirado da matéria do Jornal do Brasil intitulada “Um mar encerra o Sertão,o Sertão recomeça”, de 1976.

¹⁴ SIGAUD, 1995, p. 162.

¹⁵ SIGAUD, 1995, p. 162.

¹⁶ Fala de João Paulo Aguiar retirada do documentário Terra Roubada.

própria de seu destino, uma “solução própria”¹⁷. Entre essa pequena parcela que optou por buscar uma solução própria frente ao processo de inundação que a UHE de Sobradinho iria causar, temos o caso de Maria da Paz Barbosa como exemplo da “solução própria” encontrada pelos ribeirinhos:

“A Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) mandou a gente sair com nada, porque a minha roça valia cinco tarefa¹⁸ e a minha casa também. E nada disso eles acharam que era vantagem. Só deu 2 mil e tanto (cruzeiros). (...) Hoje fui a Juazeiro, comprei a passagem pra viajar quinta-feira no dia 27 de dezembro, às 18:00h. Vou viajar porque não posso viver aqui. Então meu marido conseguiu no ano passado viajar pra ver se dava um teste da gente viver melhor que o que vivia. Não deu certo. Meu marido tá em São Paulo empregado e eu vou tentar ver se eu me dou bem ou se não. Ver se arrumo algum emprego por lá, empregar meus oito filhos, pra ver se me dou bem junto com minha família. Não sei o que que vai dar, se vou me dar bem ou se o tempo vai melhorar pra gente. A minha passagem foi o dobro da indenização (...) 2 mil e tanto e a passagem 5,250 (cruzeiros)¹⁹. ”

A partir dos relatos de Maria da Paz Barbosa e Tertuliano Santos, podemos traçar um paralelo com a fala de João Paulo Aguiar, que afirmou que “por uma ligação muito grande do homem nordestino” com a sua região, os ribeirinhos, em grande maioria, recusaram-se a deixar suas terras. Maria da Paz Barbosa aceitou deixar sua terra em troca de uma indenização em dinheiro. Contudo, essa indenização, segundo Maria, não apenas não levou em consideração o valor de sua terra, como também não custeou o valor de sua passagem para São Paulo, que custou o dobro do valor pago. Já Tertuliano Santos, que expressa claramente que se sentiu coagido a deixar sua terra, relata que a nova região oferecida pela Chesf não oferecia condições de vida condizentes com a realidade ribeirinha. De um lado temos Maria que buscou uma “solução própria” e do outro Tertuliano, que aceitou o Projeto de Colonização. Em ambos os casos, é nítida a frustração e insatisfação. Nesse sentido, podemos supor, a partir dos casos apresentados, que o argumento de que o “a ligação do homem nordestino” com a terra por si só não explica a resistência em aceitar os planos da Chesf. Em um cenário em que as soluções

¹⁷ SIGAUD, 1995, p. 162.

¹⁸ Unidade de medida. Uma tarefa equivale a 3.025 metros quadrados.

¹⁹ Depoimento de Maria da Paz Barbosa retirado do documentário Terra Roubada.

propostas indicam valores de indenização expressivamente baixos e uma mudança de região que representaria um nítido declínio na qualidade de vida, é de se esperar que a grande maioria dos ribeirinhos tenha manifestado resistência em abandonar suas terras.

Aqui também vale destacar um detalhe da fala de Maria da Paz Barbosa. Ela menciona como objetivo empregar seus oito filhos em São Paulo. Maria estava acompanhada de sete de seus oito filhos ao prestar seu depoimento. Dos sete, cinco deles eram crianças que aparentavam ter entre cinco e no máximo 12 anos e um dos filhos era uma bebê de colo. O documentário *Terra Roubada* não aborda novamente nenhum depoimento de Maria, mas é sensato concluir que a necessidade de sobrevivência de sua família estava ameaçada, ao ponto de ser considerado submeter suas próprias crianças ao mercado de trabalho. Dessa forma, o apego à terra do nordestino, mencionado por João Paulo Aguiar, não parece se sustentar aqui. A necessidade de sobrevivência evidencia-se como um marcador muito mais forte do que o vínculo emocional.

Frente à resistência da grande maioria da população rural do submédio São Francisco, que também representava cerca de 70% da população da região²⁰, a Chesf, em conjunto com a Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural da Bahia (Ancarba), concentrou seus esforços entre os anos de 1975 e 1976 para convencer a população rural a aderir ao PECSR²¹. Contudo, mesmo com a insistência da companhia, até maio de 1997 apenas 25% das famílias, cerca de mil famílias, optaram por aderir o PECSR²². A alternativa escolhida pela Chesf foi criar núcleos de reassentamento nas bordas do lago artificial de Sobradinho. Essa medida havia sido rejeitada anteriormente, entre 1976 e 1977, pois a Chesf tinha como objetivo colocar em prática o PECSR²³. Contudo, em decorrência da resistência da grande maioria da população em deixar suas terras, foi retomada novamente em 1977 e 1978 como medida de urgência. Em seu relatório, Robert Goodland menciona que a evacuação das mais de 70 mil pessoas da região que seria alagada poderia ser a consequência mais adversa do projeto²⁴. Contudo, pontua logo em seguida que a Chesf estava “bem a par dos problemas e decidida a evitar qualquer efeito pernicioso à população”. Se a Chesf estava, de fato, a par dos problemas, é nítido que o despreparo, ou a falta de interesse, prevaleceu ao lidar com tal evacuação, considerando que medidas de emergência foram tomadas frente ao fracasso dos planos estabelecidos inicialmente.

²⁰ GOODLAND, 1974, p. 9.

²¹ COSTA, 1990, p. 58.

²² COSTA, 1990, p. 59.

²³ COSTA, 1990, p. 59.

²⁴ GOODLAND, 1974, p. 9.

Quanto à determinação da Chesf em evitar efeitos perniciosos, não tardou para notar que esse compromisso não foi cumprido.

Um dos principais argumentos da Chesf para validar e colocar em prática seu processo de evacuação das populações ribeirinhas consistia em afirmar que as novas terras ofereceriam uma melhoria em um padrão de vida precário²⁵. Esse discurso é reforçado por João Paulo Aguiar, que descreve a região do submédio São Francisco como “uma das mais pobres e marginalizadas do País”²⁶. Mais uma vez, vale destacar que essa melhoria na vida das populações ribeirinhas, que era não só uma promessa da Chesf como uma meta do Estado brasileiro prevista no Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco, não foi cumprida²⁷. O fracasso da Chesf em cumprir o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos ribeirinhos do São Francisco, inicialmente, pode ser explicado pelo fato que a prioridade de produção de energia elétrica sempre foi mencionada como o objetivo principal de Sobradinho, deixando em segundo plano considerar um plano de indenização e evacuação que fosse eficiente. Mas principalmente, tal fracasso explica-se pelo fato de que a Chesf enxergava o modo de vida dos ribeirinhos, ligado diretamente à terra e a subsistência, como sinônimo de pobreza e primitivismo. E tal visão, certamente, não era compartilhada pelos próprios ribeirinhos.

Certamente, as populações ribeirinhas não estavam inseridas em um cenário utópico e místico no qual não existia nenhum problema até a intervenção de um grande vilão. Contudo, é perceptível a partir dos relatos daqueles que foram removidos de suas terras que, apesar das dificuldades e simplicidade de suas vidas, havia felicidade e satisfação com suas realidades. Para evidenciar isso, proponho agora mobilizar alguns dos depoimentos presentes no documentário *Sobrado das Margens*. Vale ressaltar que o documentário é do ano de 2019, quase 40 anos depois da construção de Sobradinho. Mesmo com a distância de tempo, os depoimentos indicam uma relação ainda muito forte na memória dessas pessoas com a região que foi alagada. Também vale abrir um breve parêntese antes de adentrar nos depoimentos para evitar confusões. Os depoimentos a seguir, retirados do documentário *Sobrado das Margens*, não são de pessoas que foram para Bom Jesus da Lapa, destino do PECRS, mas sim de indivíduos que se dirigiram para Nova Casa Nova. Como parte do município de Casa Nova foi alagado, a

²⁵ COSTA, 1990, p. 59.

²⁶ Fala de João Paulo Aguiar retirada do documentário Terra Roubada.

²⁷ SIGAUD, 1986, p. 16.

localização da cidade foi alterada. Contudo, mesmo em localidades diferentes, os problemas relatados por Tertuliano Santos, que se dirigiu para Bom Jesus da Lapa, são quase idênticos aos relatados por aqueles que foram para Nova Casa Nova.

Aurelina Santos, professora, reforça em seu depoimento que a sobrevivência daqueles que viviam nas regiões que foram evacuadas era tirada diretamente do rio São Francisco, da roça e da pesca. A pesca é citada diversas vezes no documentário como uma atividade que era essencial na vida dos ribeirinhos. Não é de espantar, portanto, a resistência que houve da grande maioria em deixar suas terras, especialmente porque as novas regiões oferecidas pela Chesf não ofereciam o rio para manter a atividade de pesca. Mas além da relação de sobrevivência, o São Francisco e as experiências propiciadas por ele são descritas como “bonitas, lindas, marcantes” por Dona Dora, Dona Lurdes e Aurelina Santos. Destaca-se aqui, como pontuado por João Paulo Aguiar, o apego à terra. Tal afirmação é, incontestavelmente, verdadeira. Mas a partir dos discursos dessas pessoas, podemos visualizar que o apego à terra é, na verdade, apenas uma das diversas camadas da resistência.

Outra dimensão dos depoimentos presentes no documentário *Sobrado das Margens* que evidência o despreparo da Chesf em lidar com o processo de evacuação e reassentamento dos ribeirinhos é a constante menção da notícia inesperada da construção de uma barragem e a descrença dos ribeirinhos que, de fato, aquela região seria alagada. Havia uma crença generalizada que Sobradinho não apresentaria riscos para aquelas pessoas, ou que simplesmente não aconteceria a construção de nenhuma barragem. Ana Luiza Costa deixa isso bastante evidente em *Uma retirada insólita*:

Em toda área do reservatório, são inúmeros os relatos que reafirmam o caráter insólito dos eventos produzidos pela barragem. A inundação da caatinga era impensável para um camponês da beira do São Francisco, que conhecia bem seu histórico de cheias e vazantes. Em Itapera, não apenas Seu Domingos, mas quase todos volta e meia repetiam, entre surpresos e perplexos, que “a gente jurava e batia pé que a água não vinha aqui!”, referindo-se ao lugar onde hoje se encontra o novo povoado. Mano não esquece o espanto e descrença de todos diante dos cabras da Chesf insistindo que “a água ia bater na lagoa de Jurema”, uma lagoa de chuva, bebedouro de gado raçado em inverno chuvoso, afundada na caatinga (...) Ninguém acreditava²⁸.

Apenas quando a Chesf chegou para abordar sobre indenizações que, de fato, passou-se

²⁸ COSTA, 2013, p. 172.

a acreditar que aquilo iria acontecer. Não é possível afirmar se tal desencontro aconteceu por falta de interesse da Chesf em comunicar-se com os ribeirinhos ou por mera falta de esclarecimento das dimensões da construção de uma hidrelétrica. Costa aponta que essa descrença generalizada era desconhecida pelas equipes de realocação da Chesf²⁹. O fato é que, independentemente da justificativa, houve uma nítida incompetência da Chesf em tratar com seriedade o assunto da evacuação e reassentamento das cerca de 70 mil pessoas que foram afetadas pela construção dessa hidrelétrica. E tal incompetência reflete-se diretamente nos casos de indenização, que evidenciam total desconhecimento, ou mesmo falta de consideração, das necessidades daquelas pessoas. O curioso é que a própria Chesf se recusou a admitir tal falha. Inversamente, a companhia, na verdade, chegou a culpar os próprios ribeirinhos. Costa expõe que a diretora da Divisão de Realocação de Populações, do Centro de Implantação do Reservatório de Sobradinho, utilizou a descrença dos ribeirinhos como justificativa para os prejuízos causados com a UHE de Sobradinho, afirmando que “o povo não acreditava que o rio ia subir tanto” e que “a Chesf não sabia que eles tinham tantos animais” e que, assim, a Chesf foi “pega de surpresa” na hora de providenciar transporte³⁰.

Esse “desencontro” entre técnicos da Chesf e os ribeirinhos resultou em uma evacuação marcada por pânico e desespero³¹, quando a barragem de Sobradinho, já finalizada, começou a encher a região em um ritmo desconhecido para aqueles que viviam naquelas terras. Frente a uma inundação nunca vista antes, um estado de desespero total foi estabelecido, com a realidade antes negada sendo colocada em prática. Segunda Costa, diversos, inclusive, precisaram ser resgatados de helicóptero³². E como já mencionado, houve um grande prejuízo para os ribeirinhos que demonstraram resistência e permaneceram na beira do rio até o fim, especialmente em relação aos gados, que morreram em grande número, afogados.

Para aqueles que optaram por não resistir e aceitaram ir para as agrovilas, o destino de “melhoria” prometido pela Chesf também não foi encontrado. Na verdade, o que é possível observar são os mesmos problemas de insatisfação com o oferecido pela companhia. Exemplifiquei essa insatisfação com os depoimentos de Tertuliano Santos e Maria da Paz Barbosa, mas esse fator também fica evidente a partir dos depoimentos presentes no

²⁹ COSTA, 2013, p. 174.

³⁰ COSTA, 2013, p. 174

³¹ COSTA, 1990, p. 66.

³² COSTA, 1990, p. 66.

documentário *Sobrado das Margens*. Dona Dora relata que os técnicos da Chesf, ao tentarem convencê-la a se mudar para as agrovilas, prometiam que “lá (agrovila) chovia demais” e que “a mata era enorme” com uma “pecuária farta”, com “muita caça, muito peixe, muita coisa”. As promessas da Chesf para Dona Dora, como esperado, não se cumpriram. E além da nova terra prometida não oferecer as maravilhas prometidas, o processo de mudança também foi marcado por dificuldades. A companhia ofereceu poucos ou mesmo nenhum recurso de auxílio para o processo de mudança dessas pessoas. A indenização oferecida pela Chesf é mencionada mais de uma vez no documentário *Sobrado das Margens* como insuficiente. No caso de Dona Conceição, que morava nas margens do São Francisco, o principal fator de insatisfação consistia no fato que o dinheiro oferecido não substituíra a felicidade proporcionada pelas terras tomadas:

“Foi pouca a indenização deles pra nós porque o que a gente tinha lá, a felicidade que a gente tinha lá, era muito boa. Pra mim, era bom demais. Acho que a gente merecia muito mais do que aquilo, porque só de nós perder aquilo que a gente tinha lá... Nós não tinha nada, mas nós tinha muita coisa, muita, muita mesmo. A maior riqueza nossa foi aquele rio tão maravilhoso que a gente tinha³³”

Se Dona Conceição acredita que merecia mais do que foi oferecido, José Vital nem chegou a ter a oportunidade de receber algo para poder ter o ato de reivindicar uma indenização melhor:

“Eu não recebi um tostão, porque eles disse que quem morava nas ilhas não tinha direito a nada e que as ilhas eram da Marinha. E eu digo ‘mas a Marinha não veio fazer nada aqui não’ (...) eles só chegavam (e diziam) ‘ou você assina isso aqui ou então vai perder tudo’. Bem assim foi a saída (...) quando eu cheguei, a mulher disse ‘passou um homem aqui e disse que quinta-feira é pra sair, que as águas vai subir e vai cobrir tudo aqui’³⁴”

José Vital não é o único no documentário *Sobrado das Margens* a relatar que não recebeu nenhuma indenização. Dona Lourdes também relata que não recebeu nenhuma quantia em dinheiro por parte da Chesf, dizendo que foi ela mesma que comprou tudo com o próprio dinheiro. “Nada de Chesf”. Não localizei nenhuma menção nos trabalhos de Lygia Sigaud, Ana Luíza Costa ou mesmo Ana Maria Daou sobre pessoas que não receberam nenhuma

³³ Depoimento de Dona Conceição retirado do documentário *Sobrado das Margens*.

³⁴ Depoimento de José Vital retirado do documentário *Sobrado das Margens*.

indenização. Minha hipótese para isso, frente aos relatos, é que a Chesf, muito provavelmente, utilizou-se, primeiramente, da coerção respaldada pela Ditadura Militar Brasileira, juntamente com a estratégia destacada pela antropóloga Catarina Vianna: o domínio social e ambiental era incorporado por meio de cálculos e documentos técnicos administrativos³⁵. A Chesf, ao mobilizar técnicos e documentos que afirmassem que determinado indivíduo não possuía direito à indenização, certamente estava acompanhada de ferramentas que garantissem o sucesso de suas ações.

Basta recordarmos aqui, por exemplo, a menção na matéria do *Jornal do Brasil*, que dizia que os mais instruídos e que se recusavam a aceitar a indenização que a Chesf oferecia recebiam dos técnicos uma advertência e mais nada: “Arranje um advogado. A Chesf arranjará 50 para derrotá-lo na Justiça.” Dona Lourdes e José Vital poderiam até ter tentado, na época, questionar e reivindicar o pagamento da indenização, mas é pouco provável que tivessem sucesso. Como exposto por Costa, a Chesf argumentou que não tinha noção que os ribeirinhos possuíam tantos animais e por isso foram “pegos de surpresa” na hora de providenciar transporte. Se essa foi a justificativa da Chesf, ela não se aplica aos casos mencionados no documentário *Sobrado das Margens*, em que pessoas que não possuíam gado ou qualquer outro animal relatam que a companhia ofereceu recursos insuficientes para auxiliar no processo de mudança. Aurelina Santos relata que:

“Eles davam uma quantidade em dinheiro pra pessoa comprar material, muito pouco, e davam transporte para que as pessoas que quisessem conseguir material lá nas casas. Então (...) eles davam transporte para as pessoas trazerem material como madeira, telha, tijolo, que as pessoas tiravam das casas. E deram só um pouco de ajuda, muito mínima, mínima mesmo”³⁶.

João Pereira também não faz menção de que possuía algum gado e mesmo assim relata que a Chesf só oferecia duas carradas e nada além. Caso sobrasse algum pertence, ficava para trás. Já Dona Dora menciona que o auxílio da Chesf era, na verdade, de três carradas. Mesmo com uma menção de um número maior, Dona Dora relata, contudo, que esse número ainda era insuficiente, pois “não cabia quase nada”. Dona Dora menciona que após sua família organizar tudo para a mudança e se deparar com o transporte oferecido, que não chegava nem perto de

³⁵ VIANNA, 2014, p. 22.

³⁶ Depoimento de Aurelina Santos retirado do documentário *Sobrado das Margens*.

oferecer capacidade de transportar todos os pertences, não houve outra opção além de deixar a maioria das coisas para trás. Dona Dora menciona cercas e arames como pertences. Em nenhum momento faz menção de que possuía gado ou qualquer outro animal. Entre os depoimentos presentes em *Sobrado das Margens*, José Vital é o único a mencionar que tinha posse de animais, que precisaram ser abandonados em consequência da ausência de transporte.

Não obstante as condições de transporte, que não ofereciam o amparo necessário para levar todos os pertences, também não foi oferecido, segundo João Pereira, nenhum suporte para o plantio nas novas terras. Já Dona Conceição conta que o processo de adaptação à nova terra foi difícil, pois, em suas palavras, a nova roça era muito longe do rio e não havia condições de plantar. A ausência de condições de plantio e a distância do rio não foram as únicas dificuldades enfrentadas nas novas terras oferecidas pela Chesf. Maria Dias, pescadora, relata no documentário que, assim que chegaram à agrovila, ainda não havia energia elétrica, além da escassez de água. Lydia Sigaud aponta que, até o ano de 1980, quando Sobradinho já estava concluída e em funcionamento, as populações ribeirinhas das margens da barragem ainda não tinham acesso à energia elétrica provinda da hidrelétrica³⁷.

Logo, houve um cenário trágico e irônico ao mesmo tempo: milhares de pessoas que viveram toda sua vida com acesso direto ao rio São Francisco tiveram suas terras tomadas para a construção de uma hidrelétrica que, acima de todos os objetivos, deveria produzir energia elétrica, e esses próprios indivíduos não foram contemplados inicialmente por essa energia elétrica. Vale ressaltar também que a UHE de Sobradinho criou o maior lago artificial da América Latina. Mesmo com uma quantidade tão expressiva de água acumulada em um único local, as famílias reassentadas em Nova Casa Nova não tiveram acesso à água ao chegarem em suas novas terras.

Considerações finais

Proponho fazer as reflexões finais do texto a partir da ideia de práticas ambivalentes e da noção de queda de braço mencionadas na introdução. A partir do caso de Sobradinho, foi possível visualizar um caso de explícita ambivalência. A Chesf, inicialmente, ofereceu um plano de reassentamento através do Projeto de Colonização Serra Ramalho (PECSR), que foi rejeitado

³⁷ SIGAUD, 1986, p. 11.

majoritariamente pelos ribeirinhos. E mesmo aqueles que aceitaram outras opções além do PECSR, como o caso das pessoas retratadas no documentário *Sobrado das Margens*, é possível observar que aquilo que foi tomado não consegue ser substituído.

Paula Lacerda aponta que mesmo quando indenizações e ressarcimentos são frutos das reivindicações diretas das vítimas, elas são ambivalentes por não oferecerem uma reparação completa pelo que foi tomado. No caso de Sobradinho, a Chesf se viu obrigada a buscar novas medidas diante do movimento de resistência. Nesse sentido, as novas alternativas oferecidas pela Chesf foram frutos diretos da movimentação dos ribeirinhos. Contudo, tais alternativas passaram longe de compensar o que a UHE de Sobradinho estava tomando. E principalmente, as ações tomadas pela Chesf diante ato de resistência da grande maioria dos ribeirinhos em abandonar as margens do rio mostraram-se impiedosas em diversos momentos, com a recusa de oferecer transporte adequado para evacuação, obrigando milhares de pessoas a perder seus animais e pertences. A proposta de Lacerda nos leva a refletir até que ponto uma indenização, uma quantia em dinheiro ou o reconhecimento de um direito violado pode compensar o que foi tomado. No caso de Sobradinho, não é necessário refletir muito para concluir que o oferecido pela Chesf não chegou nem perto de uma equivalência. A ideia também nos leva a refletir sobre a própria ambivalência das ações da Chesf, que prometeu uma melhoria de vida para os ribeirinhos do submédio São Francisco, mas na prática exerceu ações que não compensaram o que foi tomado e, em muitos casos, destruiu os pertences e a vida de milhares de pessoas, sem oferecer reparo.

A grande maioria das pessoas que foram realocadas, incluindo Tertuliano Santos e todos os mencionados do documentário *Sobrado das Margens*, foram reassentadas nas bordas do lago de Sobradinho⁷⁷ ou em suas proximidades, ainda permanecendo na região do Sertão. O principal problema enfrentado por essas pessoas não foi apenas o ato de abandonar a terra que se tinha apego, como destacado por João Paulo Aguiar, mas o fato de que a “área da caatinga”, onde a maioria foi reassentada, possuía solos secos e arenosos⁷⁸ e localizava-se a quilômetros de distância da beira do rio, que permitia a manutenção da agricultura de lameiro, que era a principal atividade praticada por aqueles que viviam nas proximidades do rio.

Já a afirmação da antropóloga Catarina Vianna, que destaca que na construção de UHEs há sempre um esforço de conferir mais peso a um domínio que a outro no processo de tomada de decisão política, mostra-se bastante evidente no que foi apresentado ao longo do texto. A

“queda de braço” entre as vantagens econômicas (produção de energia elétrica) e os interesses dos ribeirinhos claramente foi vencida pelo fator econômico. Assim como Vianna destaca em seu estudo, foi mobilizado no caso de Sobradinho um profissional, o ecólogo Robert Goodland, que calculou, a partir de procedimentos técnicos-científicos próprios, os possíveis impactos que a UHE poderia causar, assim como as soluções para impedi-los. Por fim, a construção da UHE é aprovada com a afirmação de que ela traria melhorias para toda a região nordeste. A partir desse processo, o saber técnico foi usado como uma cartada de validação contra a perspectiva dos ribeirinhos afetados pela UHE. Logo, os ribeirinhos, a partir dessa lógica, são “apegados” às suas terras e se recusam a aceitar o conhecimento embasado que afirma que aquele projeto trará melhorias inquestionáveis.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

GOODLAND, Robert. Projeto Sobradinho: reconhecimento do impacto ambiental. Nova Iorque: Chesf, 1974. 89 p. Acervo Memória da Eletricidade.

Jornal do Brasil (1971-1981). Disponível na Hemeroteca Digital, no site da Biblioteca Nacional Digital.

Terra Roubada (1980). Roteiro e direção de Peter von Gunten. Legendado. Disponível no canal Canoa de Tolda, no YouTube.

Sobrado das Margens (2019). Roteiro e direção de Danilo Souza Santos. Disponível no canal Danilo Souza Santos, no YouTube.

Referências bibliográficas

COSTA, Ana Luíza. Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e

técnicos do Estado. In: VIANNA JÚNIOR, Aurélio (org.). Hidrelétrica, ecologia e progresso: contribuição para um debate. Rio de Janeiro: CEDI-Centro Ecumênico de Documentação e Informação.1990. p. 55-67.

COSTA, Ana Luíza. Uma retirada insólita. Rio de Janeiro Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 2013.

LACERDA, Paula. As indenizações como política de direitos humanos e de justiça social no Brasil contemporâneo. Revista Antropolítica, n. 48, Niterói, 1. quadr. 2020, p. 246-275.

LACERDA, Paula. Reassentar e indenizar: formas de governo no contexto da implantação da usina hidroelétrica de Belo Monte, em Altamira, Brasil», Etnográfica [Online], vol. 25 (3) | 2021.

MARQUES, Adalton; SANTOS, Camila Silva Palmeira dos; BORGES, Iasmin Lara Macedo; FEITOSA, Janine & FERRAZ, Mario Marcio Nogueira. A construção e as consequências da barragem de Sobradinho.

SIGAUD, Lygia. Crença, descrença e interesses: Por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In: Estado, Energia Elétrica e Meio Ambiente: O caso das grandes barragens. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social,.1995. p. 162-184.

SIGAUD, Lygia. A política “social” do setor elétrico. Sociedade e Estado, Brasília, IV(1): 55-71, jan./jun. 1989.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional--UFRJ, 1986.

SIGAUD, Lygia. “O caso das grandes barragens.” Revista Brasileira de Ciências Sociais. S.P. 18 (7), fevereiro 1992.

VIANNA, Catarina Morawska. A Trilha de Papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados. Revista Antropológicas. Ano 18, 25(2):22-40, 2014.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

